

São Paulo, 25 de maio de 2018.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo

Ref. GREVE

Ofício para reitoria da universidade e comunicado para imprensa

A ADUSP - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SEÇÃO SINDICAL, no uso das suas prerrogativas sindicais, vem informar, em cumprimento aos dispositivos da Lei 7783/89 que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/05/2018, os docentes da Universidade de São Paulo, aprovaram, por unanimidade, a deflagração de **GREVE** da categoria partir do dia **29/05/2018**, no exercício de um direito legítimo e constitucionalmente garantido.

A recomposição do poder de compra vigente em maio de 2015 é a meta defendida pelo Fórum das Seis na presente campanha salarial.

Articulação dos sindicatos de docentes e de funcionários das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza (Ceeteps), o Fórum das 6 constata que embora a arrecadação de ICMS venha crescendo nos últimos meses (13,7% no acumulado janeiro/fevereiro de 2018), os reitores continuam se escorando no discurso da crise para tentar impor medidas que apontam para o arrocho salarial e o desmonte das universidades estaduais paulistas.

Os salários, arrochados, estão despencando. Desde maio de 2015, um Professor Doutor (MS-3) em RDIDP na Unicamp e na USP perdeu a quantia acumulada de R\$ 24.758,92! Na Unesp a perda foi ainda maior: R\$ 33.326,48 (porque o reajuste de 3% concedido em 2016 pelo Cruesp não foi pago na Unesp). No início de 2018, para reconquistar o poder aquisitivo de maio de 2015, na USP e na Unesp, já seria necessária a reposição salarial de 12,52% (na Unesp, 15,90%).

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), na reunião de negociação de 17/5/2018 com o Fórum das Seis, ofereceu um reajuste salarial de 1,5%. Esse índice não cobre sequer a inflação do período referente à data base.

Na reunião o Cruesp que, não só propôs um índice insignificante como se recusou a oferecer qualquer perspectiva no que concerne ao aumento do índices de reajuste salarial, por insistência do Fórum das 6, acabou por marcar, ainda a ser confirmada, nova reunião para o dia 30/5 face aos demais itens da pauta.

Apesar da possibilidade dessa reunião prevista para o dia 30/5, em tese, de “negociação”, no entendimento do Cruesp, quanto ao item em destaque que se refere ao reajuste salarial, esse encontro se prestaria simplesmente a referendar a proposta dos Reitores de 1,5%, a qual a Assembleia, desde já, recusa a aceitar.

Nesses termos, o motivo da greve é a **frustração da negociação coletiva** cuja pauta unificada (ADUSP, ADUNESP, ADUNICAMP, SINTUNESP, SINTUSP, STU, SINTEPS) reivindica:

Adusp

I - Respeito à liberdade de organização e manifestação, contra a criminalização dos movimentos sociais e os ataques a grupos desfavorecidos e discriminados

II - Salário - Reposição salarial na data-base para servidores docentes de 12,56% acrescido das inflações de março e abril de 2018; Incorporação de todos os valores pagos a título de “benefícios” aos proventos dos aposentados; Reenquadramento dos aposentados nas atuais carreiras vigentes na Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps; Complementação salarial aos contratados pela CLT em casos de afastamento saúde, após ingresso no INSS, de modo a garantir-lhes tratamento isonômico em relação aos estatutários, Revisão salarial em setembro/outubro de 2018, conforme acordado entre Fórum das Seis e Cruesp em abril de 1991.

III – Financiamento - Luta na LDO por 33% da receita total de impostos do Estado para a educação, incluindo 11,6% do total do produto do ICMS quota-parte do Estado (ICMS-QPE) para as universidades estaduais paulistas e 3,3% deste mesmo índice para o Ceeteps; Luta junto ao poder Executivo pelo repasse integral às universidades estaduais paulistas do percentual determinado na LDO, calculado sobre o total do produto do ICMS quota-parte do Estado, sem desconto anterior para a Habitação e dos recursos relativos à dívida ativa; Luta junto aos poderes Executivo e Legislativo para a destinação adicional e imediata dos percentuais devidos em função da anexação de Lorena (0,07%), da criação da FCA/Unicamp em Limeira (0,05%) e, no caso da expansão da Unesp, com a abertura das unidades de Itapeva, Sorocaba, Ourinhos, Registro, Tupã, Rosana, Dracena e São João da Boa Vista, bem como a abertura de novos cursos de engenharia, em diferentes locais, do aporte efetivo de recursos adequados para tal. No caso do Ceeteps, destinação de recursos para cobrir a expansão ocorrida – eram 99 unidades em 2000 e hoje são cerca de 300; Exigência de que o governo do estado cumpra a previsão legal de arcar com a insuficiência financeira das universidades frente ao pagamento de aposentadorias e pensões, com recursos do tesouro, específicos, adicionais, e desvinculados, das alíneas orçamentárias que legalmente podem ser computadas como manutenção e desenvolvimento do Ensino (MDE); Portal de Transparência, com detalhamento mensal da gestão de recursos orçamentários e extraorçamentários das três universidades estaduais e do Ceeteps, explicitando a composição salarial dos servidores docentes e técnico-administrativos, bem como incluindo as receitas e repasses envolvidos nas fundações ligadas às referidas instituições.

IV – Acesso e permanência estudantil/gratuidade ativa - Dotação orçamentária específica para assegurar políticas efetivas de acesso e permanência estudantil, seguindo padrões isonômicos entre as três estaduais paulistas e o Ceeteps, visando Aperfeiçoamento das políticas de cotas raciais e sociais, com base no projeto de lei da Frente Pró-Cotas. Moradia estudantil para atender a demanda em todos os campi, - Construção de restaurantes universitários em todos os campi, com estrutura e funcionamento adequados às demandas das unidades e funcionários contratados via concurso público, 1d - Concessão de bolsas de permanência estudantil com adoção de critérios socioeconômicos, adotando-se o valor do salário mínimo vigente no estado de São Paulo, Todas as bolsas concedidas devem estar estritamente vinculadas às atividades acadêmicas dos bolsistas, com a conversão das bolsas trabalho ou similares em bolsas de permanência estudantil; Participação dos estudantes na gestão das políticas de acesso e permanência estudantil, por meio de órgãos paritários e deliberativos.

V - Condições de trabalho e estudo - Ampliação do quadro permanente de servidores docentes e técnico-administrativos, via concurso público, atendendo às

Adusp

demandas definidas pelas unidades de ensino e demais órgãos institucionais, garantindo-se a reposição imediata nos casos de exoneração, aposentadoria ou falecimento; Garantia de vagas em creches para os filhos dos servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes, de modo a atender a demanda efetiva em todos os campi; Dotação de centros de atendimento médico e odontológico gratuito à comunidade em todos os campi; Transporte público, gratuito e de qualidade para todos os que utilizam os campi das universidades e as unidades do Ceeteps, garantindo a locomoção por meio das linhas de ônibus necessárias, com a contratação de pessoal via concurso público; Enquanto não se eliminar o trabalho terceirizado nas três universidades estaduais e no Ceeteps, que as instituições garantam aos terceirizados tratamento isonômico ao dos contratados (estatutários e celetistas), seja no que se refere a direitos, condições de trabalho e salário, seja no que é pago a título de “benefícios”.

VI - Hospitais Universitários (HU) e Centros de Saúde - Aprimoramento do caráter público dos Hospitais Universitários (HU), com reversão de toda forma de privatização (autarquização, fundações, Organizações Sociais – OS etc.) e apropriação privada de sua capacidade instalada e administrativa, com financiamento público adequado para seu funcionamento e melhoria do atendimento à população, reversão da deliberação do Conselho Universitário da USP sobre o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC ou “Centrinho” de Bauru); Reconhecimento e manutenção dos hospitais universitários como unidades que realizam ensino, pesquisa e extensão; Jornada de 30 horas para os servidores da área de saúde, que trabalham diretamente no atendimento à população; Contratação de pessoal condizente com as demandas existentes nos HU e Centros de Saúde, por concurso público, de forma a garantir atendimento de qualidade e boas condições de trabalho nestas instituições.

VII - SPPrev/aposentadoria/Plano de Aposentadoria Complementar - Reativação do “Grupo de Trabalho (GT) Previdência”, entre Fórum das Seis e Cruesp, com a continuidade de reuniões para debate de questões relativas a essa temática.

VIII - Centro Paula Souza - Pelo reconhecimento e respeito efetivo do vínculo existente entre o Ceeteps e a Unesp (Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976, Artigo 15).

Informa-se ainda que, a entidade e a categoria buscarão medidas efetivas para manter os serviços essenciais, assim como manter "em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos".

Prof. Dr. Rodrigo Ricupero

Presidente da Adusp-S.Sind.